

Delfim irá a um cenário novo

Andrei Meireles
Repórter Especial

O palco está armado para a encenação de uma peça conhecida: o ministro Delfim Netto comunicará na segunda-feira às lideranças do PDS e do PTB o conteúdo do pacote econômico. Nos dois partidos, contudo, há disposição de alterar o velho script, tornando real a participação e a influência dos políticos.

O PTB no pacote anterior foi mero espectador. Agora, anuncia uma mudança de comportamento. A deputada Ivete Vargas instruiu seus vice-líderes a prepararem fórmulas alternativas às propostas que deverão ser feitas por Delfim Netto.

Em São Paulo, numa nota confusa, o ministro do Planejamento anunciou na quinta-feira os expurgos a serem feitos na próxima semana. Entre eles, o INPC, responsável pelos reajustes salariais. O PTB, segundo Ivete e os vice-líderes Gastone Righi e Celso Peçanha, não aceita esta fórmula e apresenta duas alternativas: 1) — Expurgar todos os índices exceto o INPC. A redução geral provocaria automaticamente uma queda do INPC; 2) — Expurgo gradual dos índices, deixando por último o INPC.

O PTB já foi informado sobre as medidas que serão anunciadas por Delfim Netto. Mesmo assim insiste em suas alternativas o novo partido governista ou está blefando ou acreditando que o pacote será mesmo definido na reunião dos tecnocratas com os políticos. O líder do Governo na Câmara, deputado Nelson Marchezan, tem dito reiteradamente que a definição do pacote passa pelo crivo político.

As negociações até o momento envolveram diretamente Delfim e o ministro Leão de Abreu, aliado dos partidos governistas na luta para tornar, como diz Marchezan, «o pacote menos socialmente injusto».

Mas não será só o PTB a questionar Delfim. O vice-líder do PDS no Senado, Carlos Alberto, disse que defenderá na reunião a rejeição de qualquer medida que atinja diretamente aos assalariados. Em sua opinião, os sacrifícios dos trabalhadores não podem ser ampliados, chegaram ao limite.

Para Marchezan, a classe política e a sociedade não aceitam mais pratos feitos elaborados nos gabinetes dos tecnocratas. A procedência desta declaração será testada na segunda-feira. Vários

parlamentares se preparam para uma discussão com Delfim. Eles consideram fundamental para o endosso a qualquer medida uma explicação convincente para a sua necessidade e eficácia.

O ministro do Planejamento não poderá, por exemplo, justificar os expurgos como sendo exigências do FMI. Em primeiro lugar, porque integrantes da missão do Fundo deixaram claro, em Brasília, que não fizeram tal exigência. E, em segundo, porque o PTB e uma parcela expressiva do PDS defendem um rompimento do acordo, seguido de uma renegociação política da dívida externa.

Celso Peçanha adiantou, ontem, que centrará suas indagações nas negociações feitas nos últimos dias entre o Governo e o FMI. Ele explicou que o PTB quer saber todos os detalhes para se certificar da existência ou não de ameaça à soberania nacional.

A reunião dos políticos com Delfim será interessante por definir se, na prática, o papel dos partidos governistas continua o mesmo — referendar decisões — ou se o quadro está efetivamente mudando, passando o PDS e o PTB a terem influências decisivas.